



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de lançamento do Programa Social de Inclusão da Pessoa com
Deficiência**

Palácio do Planalto, 26 de setembro de 2007

Companheiro vice-presidente da República, José Alencar,

Companheiros ministros de Estado Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial de Direitos Humanos; Fernando Haddad, da Educação; Patrus Ananias, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; companheiro Márcio Fortes, ministro das Cidades,

Meu companheiro Alexandre Baroni, presidente do Conad, Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência,

Companheira Izabel Maior, coordenadora nacional para Integração da Pessoa com Deficiência,

Senadores João Durval e Neuto de Conto,

Deputados federais Ângelo Vanhoni, Dr. Ubiali, Eduardo Barbosa, Janete Rocha Pietá, Otávio Leite, Raquel Teixeira, Talmir Rodrigues, Natan Donaton,

Meu querido Paulo Santos Ramos, nosso querido vencedor da primeira Olimpíada da Matemática realizada nas escolas públicas brasileiras,

Senhores,

Companheiros e companheiras atletas do Parapan, meus parabéns pelo orgulho,

Meus amigos e minhas amigas,

Em primeiro lugar, quero dizer que o anúncio do Programa Social de Direitos das Pessoas com Deficiência faz do Brasil hoje um país melhor do que ontem. Este programa vem acompanhado de um plano de ação interministerial



com recursos adequados. E aqui é importante salientar, quando falamos recursos adequados, é porque estamos, de uma vez por todas, terminando no governo com a idéia de que o dinheiro utilizado para essas coisas são gastos e não investimentos. Nós sabemos que na hora em que vocês puderem exercer condignamente a cidadania plena de vocês, o retorno que vocês darão ao País será infinitamente maior do que o País está investindo hoje.

Tenho a convicção de que estamos oferecendo aos brasileiros de todos os credos, de todas as filiações políticas e de todas as etnias, uma razão bastante forte para sentir orgulho da sociedade à qual pertencem e do desenvolvimento que juntos estamos construindo.

Um projeto de desenvolvimento, minhas senhoras e meus senhores, pode ser avaliado por diferentes indicadores mas, certamente, o mais rigoroso, o mais abrangente e o mais justo deles mede a atenção que a sociedade e o Estado dispensam ao seus segmentos mais frágeis e destituídos.

Ao transformar em obrigação constitucional um elenco de direitos que beneficiará mais de 24 milhões e 500 mil portadores de deficiências, estamos qualificando, e muito, a natureza do desenvolvimento que queremos para o Brasil no século XXI.

Assinamos o decreto sobre o Benefício da Prestação Continuada, beneficiando os portadores de deficiências, e um programa nacional de acompanhamento das ações dirigidas aos beneficiários do BPC e suas respectivas famílias no âmbito do SUAS, que é o nosso Sistema Único de Assistência Social.

O que estamos anunciando hoje é uma ampliação dos direitos humanos em nossa sociedade, é a incorporação de uma indiscutível obrigação republicana por parte de um governo orientado pelo humanismo e pela democracia social.

Quando um cidadão ou uma cidadã vulnerável é ignorado pelo Estado e abandonado pela comunidade, é preciso sacudir o sono da razão e providenciar uma reafirmação da responsabilidade pública e da solidariedade humana, para redimir quem não ouve, quem não vê e não sabe estender as



mãos aos que mais necessitam do amparo coletivo.

A tarefa mais difícil de um processo de desenvolvimento, meus amigos e minhas amigas, é criar valores. Não aqueles da contabilidade convencional, mas os valores da convivência democrática que se perpetua em instituições justas e pavimenta o caminho de uma cidadania mais ativa e virtuosa.

Nos últimos anos, o Brasil incorporou essa dimensão superior do crescimento. As decisões hoje anunciadas confirmam a solidez desse reencontro com uma linhagem de desenvolvimento comprometida com os interesses mais amplos do nosso povo, freqüentemente esquecida nos ciclos de crescimento do passado. Não podemos desperdiçar, de modo algum, esse momento tão sólido e auspicioso que o Brasil está vivendo. Uma notável renovação econômica desfila diante dos nossos olhos e devolve um sentido de esperança à vida do nosso povo.

No ano passado, a renda do trabalhador brasileiro teve o crescimento mais alto dos últimos 11 anos. Em todo o País, a parcela destinada aos mais pobres cresceu acima da média nacional com um salto da ordem de 9%. O salário mínimo teve um ganho real de mais de 25% em nosso primeiro mandato. A descentralização da riqueza reduziu a desigualdade e reconciliou o Brasil com a força do seu mercado interno de massa.

O crédito popular bate recorde a cada dia. O financiamento imobiliário é o maior das últimas décadas e a economia cresce puxada, sobretudo, pelo investimento produtivo. Um canteiro de obras está sendo semeado no País com o PAC. O Estado brasileiro voltou a investir na infra-estrutura nacional, que durante décadas cresceu abaixo da expansão, já medíocre, da nossa economia.

Os desdobramentos são cada vez mais evidentes. Em apenas um ano, de 2005 a 2006, 6 milhões de pessoas deixaram a linha da pobreza, o que faz do Brasil, hoje, um país menos desigual do que em todas as últimas décadas. A taxa de desemprego é a menor desde 1997. Este ano, já criamos mais de 1 milhão e 350 mil empregos com carteira assinada, gerando um impacto regenerador nas contas da nossa Previdência. As receitas do sistema batem



registres sucessivos, registrando-se, em agosto, o menor déficit previdenciário do Brasil desde os anos 90.

Não suprimimos as pensões da Lei Orgânica de Assistência Social, como queriam alguns, não cortamos a aposentadoria dos idosos do campo, como aconselhavam outros. Não deixamos de repassar integralmente o valor do salário mínimo aos aposentados humildes. O que fizemos foi acionar a alavanca que faltava para a economia brasileira voltar a crescer, reduzir a desigualdade e gerar receita para o Estado honrar suas obrigações sociais e democráticas. Onde havia um abismo social intransponível, erguemos uma ponte de compromissos e abrimos uma avenida de direitos. Os 11 milhões de brasileiros e brasileiras, que viviam na prática como se estivessem fora do País, hoje têm rosto, são ouvidos e participam do mercado, beneficiando toda a sociedade brasileira.

Uma transformação como essa não é obra do acaso. Nenhum vento é bom quando um governo não sabe onde quer chegar. Nós tínhamos um rumo e a nossa bússola permanece a mesma a guiar o leme do Estado brasileiro. Estamos promovendo uma das maiores sementeiras de direitos que já se fez na história deste País. Um verdadeiro renascimento social do povo brasileiro, não apenas pela sua intensidade e abrangência mas, sobretudo, pelo discernimento popular que ele desencadeou e que se alarga e se desdobra numa espiral irreversível de cidadania. Podemos dizer, sem medo de errar, que esse impulso carrega a força libertadora de uma segunda abolição na vida do nosso País. Incorporar os portadores de deficiência a essa dinâmica não é apenas mais um leque de oportunidades que se abre, é o imperativo da consciência humanista na qual se funda o nosso governo. Nossa rota é a construção neste País de uma democracia cada vez mais forte e profunda, com plena justiça social.

Foi essa consciência que nos levou a assinar a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, uma magistral arquitetura de humanismo e diplomacia, construída pela ONU com a participação direta da representação brasileira.



Endossamos, de maneira integral, o protocolo que determina o monitoramento das obrigações do Estado com os portadores de deficiência. É esse compromisso que estamos enviando à apreciação do Congresso Nacional e, temos certeza, ele será incorporado rapidamente à Constituição como mais um alicerce da cidadania no mapa político nacional.

Nossa responsabilidade, porém, não termina aí. Todos sabemos que não adianta criar direitos sem definir recursos, razão pela qual estamos anunciando também uma ação interministerial dotada de recursos para materializar esses projetos o mais rápido possível.

Entre outras medidas, nas áreas da saúde, do transporte, da habitação e da educação, estão previstas a implementação da Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência, além da construção de 6 mil salas de aula especiais, como já foi dito aqui pela Izabel, até 2010, e a formação de 20 mil professores por ano para atender à demanda por educação especial em todo o Brasil.

A solidariedade, meus amigos e minhas amigas, sempre foi vista como um apelo externo à dinâmica do desenvolvimento brasileiro. Hoje, ao contrário, ela emerge como a grande força unificadora de nossa sociedade, capaz de instaurar uma nova dinâmica de crescimento na qual o destino de cada brasileiro será uma parte relevante do destino de toda a Nação.

Meu caro companheiro Paulo Vannuchi, meu caro Alexandre Baroni, minha querida Izabel Major, ministros, companheiro José Alencar, companheiros e companheiras portadores de deficiência, familiares,

O Brasil é detentor de uma dívida social tão imensa, acumulada ao longo de séculos, que toda vez que nos dispomos a fazer o pagamento dessa dívida, nós percebemos que não é possível pagar o que não foi feito durante séculos ou décadas em apenas um mandato presidencial.

O que nós estamos fazendo, meu querido companheiro Vanhoni, meu querido companheiro Marcos Frota, é colocando tijolo sobre tijolo em cima de um alicerce muito sólido, de uma casa que não vai cair com o maremoto, que não vai cair com o furacão, que não vai cair por obra do acaso de qualquer



governante que vier depois de nós, porque a parede e o alicerce, o madeiramento e o telhado estão sendo construídos para que seja uma obra duradoura, para todo o sempre, e não uma obra passageira de um mandato presidencial.

Eu tenho certeza, meus caros senadores e deputados, que quando essa mensagem chegar ao Congresso Nacional, vocês irão olhar cada artigo do projeto que nós encaminhamos, com os olhos, com a consciência política e jurídica de cada um de vocês. Mas um projeto como este precisa ter uma pitadinha de participação do nosso lado humanista, precisa ter a participação de uma pitadinha do nosso coração, porque só a razão não responde a todos os anseios que essa gente espera do Estado e do governo brasileiro.

Eu estou convencido de que nós temos possibilidade de melhorar a cada ano. Melhorar, não por que de repente o governo descobre que tem que fazer uma coisa. Melhorar, a partir do momento em que vocês descobrem que adquiriram consciência e que podem reivindicar um pouco mais, que podem exigir um pouco mais e, portanto, podem conquistar um pouco mais.

Vocês sabem que eu estava vendo o Paulinho Vannuchi falar, o Baroni, a Izabel, e eu estava pensando. A Lei nós já temos, a Lei que garante que um determinado percentual das vagas oferecidas nas empresas privadas e nos governos seja de pessoas portadoras de deficiência. A pergunta que eu me faço, Paulinho, é se nós mesmos estamos cumprindo isso. Essa é uma pergunta que me inquieta, porque se eu não sou capaz de educar a minha família, muito mais difícil será eu tentar educar a família dos outros. Então, Paulinho, o que eu queria determinar a você, não é nem pedir, à Izabel e ao Alexandre, é que vocês façam uma operação pente fino, porque na hora em que nós formos conversar com os governos estaduais, na hora em que nós formos conversar com o sindicato, na hora em que nós formos conversar com o Poder Legislativo, que também deve ter a sua cota de contratação de pessoas portadoras de deficiência, se cada um de nós fizer nada mais do que apenas a lição de casa, certamente nós conquistaremos a autoridade moral e política para exigir que aqueles que hoje não cumprem, possam fazer a lei.



Qual é a determinação Paulinho? A determinação é de que o Conade, a Secretaria dos Direitos Humanos e a nossa coordenadora nacional, a nossa companheira Izabel Major, façam uma blitz, a começar pelo Palácio do Planalto, e depois em cada Ministério, de quantos portadores trabalham dentro do Palácio do Planalto, quantos portadores trabalham em cada Ministério, porque na hora em que a gente cumprir com a nossa obrigação, certamente nós teremos muito mais autoridade moral para exigir que cada cidadão brasileiro cumpra com a sua.

Eu penso, Paulinho, que este é um trabalho que precisa começar amanhã, porque antes de vir para cá, eu perguntei a um dos meus assessores quantos portadores de deficiência têm dentro do Palácio do Planalto. Ninguém sabia responder, certamente porque não tem, porque se tivesse saberiam, e aqui nós poderíamos perguntar quantos jornalistas portadores de deficiência tem no Brasil. Certamente nenhum. Eu nunca vi um fotógrafo, eu nunca vi um jornalista. Nós temos um presidente da República que tem uma pequena deficiência, mas que não é necessariamente impeditiva de exercer o mandato.

Eu acho, Paulinho, que é preciso a gente fazer isso com muita seriedade, porque uma das coisas que eu gostaria, ao terminar o meu mandato em 2010, Paulinho, é ter cumprido com o processo de reparação que este País tem que fazer. Muitas vezes as pessoas ficam incomodadas, eu sei que ficam incomodadas: “Ah, esse governo fica se preocupando com quilombolas, fica se preocupando com índios, com portadores, e tem outras coisas para se preocupar”. Porque muitas vezes, o povo não é contabilizado na escala das decisões políticas deste País. E para nós, cada ser humano vivo, independentemente da sua origem social, independentemente da sua formação profissional, independentemente do seu conhecimento intelectual, da sua religião, da sua cor, do seu tamanho, todos nós temos que tratá-lo com dignidade, porque o PAC aqui chama-se, na verdade... Esse PAC orna bem, que é um Programa de Aceleração da Cidadania neste País.

Eu quero dizer para vocês que essa reparação se faz necessária, porque senão o Brasil nunca será um país justo. E eu sei que a gente não vai



conseguir fazer tudo, eu sei que eu não comecei e eu sei que eu não vou terminar, Paulinho, mas eu quero ter a consciência tranqüila de que no nosso mandato nós fizemos o que era possível, e até quase o impossível, para que a gente pudesse aperfeiçoar as conquistas da sociedade brasileira. E isso só é possível porque nesses quatro anos e meio nós já fizemos 47 conferências nacionais de todos os segmentos da sociedade.

Eu tenho consciência de que com o pacto que nós fizemos para os direitos da mulher, a mulher brasileira vai conquistar muita coisa a partir da execução desse PAC. Nós estamos oferecendo um programa, na verdade, para 3 anos e 6 meses. Nós queremos chegar até 2010 com essas coisas consolidadas, e eu tenho certeza de que o Congresso cumprirá a sua parte, as câmaras de vereadores, o município precisa cumprir com a sua parte, as prefeituras precisam cumprir com a sua parte, os sindicatos podem cumprir com a sua parte, os empresários podem cumprir com a parte deles, mas quem tem a responsabilidade de dar o exemplo maior é o Estado brasileiro.

Por isso, Paulinho, vamos à luta e vamos fazer o governo cumprir com a sua obrigação.

Um abraço, boa sorte e que Deus nos abençoe.